

NORBERT ELIAS E MICHEL FOUCAULT – APONTAMENTOS PARA UMA TEMATIZAÇÃO RELACIONAL DA NOÇÃO DE PODER

Marcelo Moraes e Silva¹
André Mendes Capraro²
Juliano de Souza³
Wanderley Marchi Júnior⁴

Resumo:

Nesse ensaio procuramos refletir sobre algumas das concepções teóricas de Norbert Elias e Michel Foucault, sobretudo, no que se refere ao uso da noção de poder como conceito estruturante e central em suas respectivas produções teóricas e conjunto de reflexões sócio-filosóficas mais amplas. Na primeira parte do texto, esboçamos rapidamente alguns dados biográficos e bibliográficos dos autores. Na segunda parte, por sua vez, pretendemos problematizar de forma relacional como e de que maneira esses autores construíram suas teses acerca da estruturação civilizada/disciplinar da sociedade moderna sob o crivo compreensivo da categoria “poder”.

Palavras-chave: Norbert Elias; Michel Foucault; Poder; Ciências Humanas; Interdisciplinaridade.

INTRODUÇÃO

O foco do presente ensaio é o de refletir de forma relacional sobre as concepções teóricas de Norbert Elias e Michel Foucault, sobretudo, no que se refere ao uso da noção de poder, como conceito estruturante e central em suas respectivas produções teóricas e, ainda, conjunto de reflexões sócio-filosóficas mais amplas. Cabe aqui ressaltarmos que, apesar de uma geração separar os autores em foco e

¹ Doutor em Educação na Universidade Estadual de Campinas. Pós-Doutorando em Educação Física na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: moraes_marc@yahoo.com.br

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Coursou o estágio pós-doutoral na Università Ca' Foscari di Venezia. Professor da Universidade Federal do Paraná atuando nos programas de Pós Graduação (mestrado/doutorado) em História e Educação Física, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: andrecapraro@onda.com.br

³ Mestre em Educação Física e doutorando em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: julianoedf@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado em Sociologia do Esporte pela West Virginia University/USA. Professor efetivo da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil. E-mail: wmarchijr@gmail.com



de eles possuírem uma diferença de idade de aproximadamente 30 anos, algumas perspectivas de interlocução entre suas principais ideias e noções operatórias são possíveis.

Um primeiro ponto em comum partilhado entre os autores seria a inspiração teórica sustentada nos escritos de Nietzsche (em Foucault, de uma forma mais intensa, e em Elias, especialmente para definição e, por conseguinte, diferenciação dos caracteres inglês, alemão e francês). Outro aspecto retomado em ambas as obras é a centralidade da categoria “corpo”, como um importante elemento para se tematizar a questão da disciplina/civilidade e das próprias relações de poder. Em termos de tensões teóricas protagonizadas entre os autores em tela, poderíamos citar, dentre outras coisas, o distanciamento na forma de apropriação do conjunto de ideias e noções que integram a psicanálise *freudiana*, além da própria maneira como constroem sua compreensão e crítica da modernidade.

Na esteira dessa argumentação, cabe também salientarmos que o exercício de aproximação/distanciamento entre duas ou mais concepções teóricas se coloca como uma tarefa complexa e difícil, tanto que, no que se refere à retomada conjunta e ao mesmo tempo reflexiva dos escritos de Elias e Foucault, são poucos os trabalhos, tanto no Brasil como no contexto internacional, que buscam a realização de um efetivo diálogo (VAN KRIKEN, 1996; SMITH, 1999; SPIERENBURG, 2004; PACHECO, 2009; BINKLEY, *et al.*, 2010; DOLAN, 2010). Deste modo, é imposto nesse texto um exercício epistemológico com alto grau de dificuldade, onde, buscamos, ainda que de forma preliminar e amparado no recurso sintético, problematizar e explorar algumas relações de cumplicidade teórica, estabelecida entre os autores ao recolocarem a temática de poder no centro da reflexão sociológica, histórica e filosófica sobre a sociedade moderna ocidental.

Antes, entretanto, de nos encaminharmos para essa discussão, julgamos importante apresentar rapidamente os principais programas de investigação de ambos os autores, já que para compreender as ideias (in)comuns a ambos os intelectuais elencados para o desenvolvimento de nossas reflexões, precisamos, primeiramente, conhecer o lugar social, histórico e político de onde os mesmos falaram e procuraram transmitir os seus pontos de vista. Dito de outro modo, sem esse tipo de contextualização que estamos a sugerir, mesmo que em linhas bastante gerais, o acesso reflexivo a tais autores nos é dificultado ou mesmo bloqueado.

AS RELAÇÕES DE PODER NA TEORIA CONFIGURACIONAL DE ELIAS

O intelectual alemão Norbert Elias nasceu na cidade de Breslau, em 22 de junho de 1897, vindo a falecer em Amsterdã no ano de 1990, aos 93 anos de idade. Era de origem judia e teve um envolvimento emocional direto com as duas grandes Guerras que assolaram o século XX: na Primeira Guerra por conta de sua participação direta nos *fronts* de batalha e na Segunda Guerra em função da perda de seus pais (ao menos de sua mãe é certo) nos campos de concentração nazista. O autor inovou bastante nas fontes e abordagens de pesquisa utilizadas, visto que seus trabalhos transcendiam as fronteiras disciplinares, até então muito bem circunscritas e definidas entre as mais distintas áreas do saber. Ao invés de compartilhar com as tendências de especialização e divisão do trabalho intelectual, Elias circulava em vários campos do conhecimento – História, Filosofia, Antropologia, Psicanálise, Sociologia –, procurando realizar um esforço de síntese teórica/ epistemológica, o que, em última análise, acabou lhes conferindo o *status* de um intelectual “inclassificável”, que forjou uma escola própria de pensamento e, por conta disso, foi vítima de estratégias subversivas no campo das Ciências Humanas e Sociais a ponto de ser avistado como um pensador “*outsider*” (ELIAS, 2001a).

Não obstante, e para além do estigma acadêmico, é possível afirmar que Elias construiu ao longo de suas obras um projeto empírico e teoricamente ímpar, que veio a colocar alguns desafios aos saberes e modelos ortodoxos predominantes nas Ciências Humanas e Sociais. Para tanto, o autor se valeu de um vocabulário teórico-conceitual e de uma percepção social de extrema singularidade e que, em termos bastante sintéticos, forneciam uma saída teórica alternativa para pensar as relações de poder não em termos unicamente verticais, assim como ocorria com as correntes de inspiração marxista e funcionalistas. A questão de consagração, reconhecimento e recepção de suas ideias adquiriram alguns contornos sociais bastante específicos. Devido a uma série de circunstâncias históricas, Elias permaneceu durante um longo período como um autor impreterivelmente marginal, tendo sido (re)descoberto por uma nova geração de teóricos no final dos anos 1960, quando se tornou um dos mais influentes intelectuais europeus (ELIAS, 2001a). A partir dos anos 1970, com a colaboração direta de seus orientandos, recomeça uma

impressionante produção com a publicação de mais de uma dezena de livros, que viria a ser interrompida apenas em 1990 com seu falecimento.

Dentre suas principais obras encontram-se: “A Sociedade de Corte” (*Die Hofische Gessellschaft*), que foi sua tese, defendida em 1933 e publicada tardiamente em 1969 (ELIAS, 2001b); “O Processo Civilizador” (*Über den Prozess der Zivilisation*), publicado pela primeira vez em 1939 em Basileia/ Suíça (ELIAS, 1998a; 1998b); “Os estabelecidos e os *outsiders*” (*The Established and the Outsiders*), escrito em 1965 em parceria com John L. Scotson (ELIAS & SCOTSON, 2000); “Introdução a Sociologia”, (*Was ist Soziologie?*), de 1970 (ELIAS, 1970); “A busca da excitação” (*Quest for Excitement*), escrita em 1983 em parceria com Eric Dunning (ELIAS & DUNNING, 1995); entre outros, como “Os Alemães” (*Studien Über Die Deutschen*) (ELIAS, 1997); “A Sociedade dos indivíduos” (*Die Gesellschaft der Individuen*) (ELIAS, 1994); “Sobre o Tempo” (*Über die Zeit*), (ELIAS, 1998c); “Mozart – sociologia de um gênio” (*Mozart. Zur Soziologie eines Genies*) (ELIAS, 1995).

Segundo Gebara (1998a), existem algumas chaves de entrada para leitura dos textos e compreensão global das formulações teóricas que integram a teoria configuracional *elisiana*. De acordo com Gebara (1998b), o conjunto da obra de Elias pode ser dividido em dois grandes momentos: um primeiro protagonizado antes da Segunda Guerra, no qual seus escritos podem ser qualificados como obras predominantemente históricas, e um segundo momento, que, por sua vez, se refere a reflexões pertencentes ao pós-guerra, que se centram em textos de redação teórica mais densa e voltada para a dimensão da teoria sociológica. Além disso, Gebara comenta que, no início de sua trajetória, Elias estaria mais atento e preocupado com os processos civilizadores coletivos, ao passo que no final de sua carreira sociológica passou a se ater mais aos processos civilizadores individuais.

Ainda sobre a repercussão tardia de sua obra, o próprio Elias (2001a) atenta para o fato que isso só ocorreu porque procurou manter um pensamento crítico e autônomo, tornando-se, deste modo, alvo de inúmeros questionamentos suscitados num quadro social mais amplo, marcado por rígidas definições e demarcações de fronteiras disciplinares entre as mais diversas áreas de saber. Soma-se também a esse cenário, o fato de Elias, por um lado, ter enfrentado, sem maiores ponderações, as críticas severas formuladas a respeito do seu modo de escrever e,

por outro, ter questionado incansavelmente sobre as traduções realizadas de sua obra, que não expressavam exatamente o que ele havia dito em alemão. Esse conjunto de circunstâncias e fatores, por sua vez, nos permite entrever que Elias assumiu, de fato, uma posição à margem das expectativas e demandas do campo intelectual de sua referida época.

Essa posição marginal ocorreu principalmente por Elias não pensar o poder de forma estática e unidirecional como se o mesmo fosse um amuleto, ou melhor, uma coisa da qual alguns indivíduos teriam posse e outros estariam totalmente destituídos. Ao invés disso, pensava o poder como uma balança que em determinadas circunstâncias poderia pender para um lado e em outros momentos poderia pender para o outro. Nesse caso, o poder se apresenta como um elemento estrutural das relações de interdependências. Além disso, é pelo fato de existirem grupos ou indivíduos que podem reter ou monopolizar aquilo que os outros necessitam como, por exemplo, comida, amor, segurança, conhecimento etc., que o potencial de poder dos primeiros vai ser proporcional às necessidades dos últimos.

É justamente na esteira dessa compreensão das dinâmicas de interdependências que Elias (1970), formula sua teoria dos “modelos de jogos”, na qual o autor afirma existir uma busca incessante dos indivíduos e grupos no sentido de se garantir o equilíbrio de poder. No entendimento do sociólogo, essa tentativa se configura como motor de todas as relações humanas. Na obra “Introdução à Sociologia” essa argumentação se torna clara quando o autor afirma que: “(...) o equilíbrio de poder não se encontra unicamente na grande arena das relações entre os Estados, onde é freqüentemente espetacular, atraindo grande atenção. Constitui um elemento integral de todas as relações humanas.” (ELIAS, 1970, p. 80). Tal passagem, por sua vez, ilustra que o intelectual elaborou uma teoria geral do poder, pela qual os processos sociais são compreendidos como uma série de configurações historicamente interconectadas, em que a percepção sociológica dos microfenômenos é conjugada a uma abordagem macrosociológica dos fenômenos e vice-versa.

Para tanto, julgamos ser oportuno retomar algumas das teses *eliasianas* sobre o processo civilizador. Nessa importante obra, condensada em dois volumes, Elias (1998a; 1998b) procura defender a tese de que a emergência do comportamento civilizado está diretamente relacionada com a organização dos

estados europeus (ocidentais) sob a forma de estados. Deste modo, ao traçar os acontecimentos históricos inerentes à transformação da estrutura de comportamento na Europa – ou melhor, a estrutura psíquica individual moldada pelas atitudes sociais –, o autor, em termos bem sintéticos, procurou demonstrar como e de que forma os padrões europeus pós-medievais de violência, comportamento sexual, funções corporais, etiqueta à mesa e formas de discurso foram gradualmente transformados pelo crescente domínio da vergonha e da repugnância, atuando para fora de um núcleo cortês de etiqueta. Nesse sentido, podemos dizer que o autocontrole era cada vez mais imposto por uma complexa rede de conexões sociais, desenvolvidas por uma autopercepção psicológica que Sigmund Freud cunhou como “superego”.

Esse tipo de leitura fica ainda mais evidente quando Elias (1998a) problematiza, a partir do método comparado, a construção social dos conceitos de cortesia e de civilização. Tais definições, segundo Elias, são excludentes em sua gênese, dividindo a sociedade entre civilizados (cortesãos) e incivilizados (camponeses). Dito de outro modo, o que o pensador alemão pretendeu acentuar foi a forma diferenciada e gradativa com que o processo civilizador se apoderou da vida dos indivíduos, principalmente no controle de determinados sentimentos, comportamentos e hábitos. É sempre bom frisarmos que foi por meio de um longo e lento processo civilizador, que um determinado segmento da população fez uso (ainda que inconsciente) de sua posição social para desenvolver uma transformação na esfera dos costumes. O efeito mais perverso desta transformação, de acordo com Elias, foi o empoderamento daqueles que incorporaram os novos hábitos (os civilizados), mas também de exclusão daqueles que não acompanharam as mudanças e continuaram “sem modos”, ou seja, incivilizados.

A tematização do poder, como algo produzido na vida cotidiana e que interfere diretamente na classificação e nomeação dos lugares dos indivíduos, fica ainda mais evidente no pensamento *eliasiano*, especialmente em obra publicada em 1965, que traz o sugestivo título “Os estabelecidos e os *outsiders*” (ELIAS & SCOTSON, 2000). Como é possível observar, a própria grafia do título desta obra nos remete a uma situação, na qual podemos visualizar as relações de poder classificatórias e normalizadoras da vida social. A tensão protagonizada entre grupos estabelecidos *versus* grupos *outsiders* mostra toda essa dinâmica das

relações de poder, principalmente ao indicar que os estabelecidos são os grupos ou indivíduos que ocupam impreterivelmente as posições de prestígio e de poder em uma comunidade; ao passo que os *outsiders* vivenciam justamente ao contrário disso, embora, devemos lembrar que essas posições na larga escala de tempo podem ser invertidas. Nesse livro, Elias e Scotson realizam uma pesquisa num bairro operário de uma cidade denominada ficticiamente de *Wiston Parva*⁵. Na pesquisa realizada, foram mostrados vários elementos que indicam que nem todas as formas de opressão social assumem a forma de relações econômicas. No lugar de relações de classe, surge uma série de relações entre estabelecidos e indivíduos recém-chegados a localidade, que passam a ser denominados *outsiders*. Segundos os autores, a nova forma de convívio captura melhor a realidade das relações de poder no cotidiano, mostrando com profundidade as interdependências que se estabelecem no interior destas configurações sociais.

Ainda sobre esta obra, é importante destacarmos que o conceito de comunidade utilizado mostra um grupo de vizinhos vivendo em uma determinada localidade, ligados por interdependências funcionais, mais próximas do que as interdependências de mesmo tipo de outros grupos, dentro do campo social mais amplo ao qual a comunidade pertence. Ao avançarem no exame empírico dessa realidade, Elias e Scotson perceberam que não havia diferenças de nacionalidade, etnia, religião, ou mesmo uma diferença significativa de níveis de moradia, renda ou desenvolvimento educacional entre os habitantes das duas áreas. A diferença estava no fato de um grupo viver na área há duas ou três gerações, enquanto o outro havia recém chegado ao local, o que nos permite concluir que o exercício de poder ocorria de forma multipolar, pautado em uma série de fatores intrínsecos e extrínsecos aos indivíduos que compunham aquela configuração específica. Nesse sentido, pode-se dizer que os habitantes das zonas 1 e 2 criaram um grande grau de coesão grupal: todos se conheciam e já tinham estabelecidos seus lugares nas relações sociais. Vale reiterarmos que era justamente essa a característica que faltavam aos habitantes da zona 3: vieram de lugares diferentes, não tinham ainda

⁵ Os autores dividiram a comunidade analisada em três grandes zonas. Uma primeira (ZONA 1) composta por um bairro de classe média. Uma segunda (ZONA 2), que era a parte mais antiga da cidade, conhecida como “a aldeia”, na qual viviam famílias de operários; e finalmente a última (ZONA 3) também denominada de “beco dos ratos”, composta por famílias de imigrantes que chegaram ao local durante a Primeira Guerra Mundial. As duas primeiras formavam o grupo estabelecido, enquanto que a posição de *outsiders* era reservada aos habitantes da zona 3 (ELIAS & SCOTSON, 2000).

laços de vizinhança e formavam um grupo bem heterogêneo. Devido a esta falta de coesão grupal, os *outsiders* não tinham como se defender da situação de exclusão à qual eram submetidos. A principal forma de manifestação das relações de poder contra os habitantes da zona 3 era a fofoca – ato que estigmatizava os moradores da região *outsider*, visto que o teor desta era depreciativo. Dessa forma, criava-se gradativamente uma imagem da zona 3, como se ela fosse um local péssimo, no qual residiam indivíduos com inúmeros filhos, com maus hábitos de higiene e que eram barulhentos e rudes⁶.

Some-se a essa argumentação, o fato de os estabelecidos transformarem fatos específicos em regras gerais a todos os seus membros, favorecendo a exclusão e estigmatização dos *outsiders*. Esse mecanismo era uma arma poderosa para que o primeiro grupo preservasse sua identidade e afirmasse sua superioridade, mantendo os outros firmemente em seu lugar e regulando o funcionamento da comunidade. Nessa mesma direção, os códigos de autocontrole contribuíram para a elaboração de padrões, atuando como forma de exclusão daqueles que não incorporavam os padrões disciplinares necessários⁷. Com base nesse breve recenseamento que fizemos, podemos dizer, portanto, que para Elias os mecanismos de “classificação” e “desclassificação” social são produzidos no seio das relações de interdependências protagonizadas entre os indivíduos e grupos, tendo como elemento estrutural de regulação a disputa pelo poder.

Estes são os principais pontos sobre as relações de poder na teoria configuracional de Norbert Elias. No próximo tópico, iremos abordar a denominada genealogia do poder do intelectual francês Michel Foucault.

⁶ Na realidade, apenas cerca de oito famílias viviam nestas condições, e eram justamente nestes lares que se criaram os adolescentes acusados de delinquência. No entanto, mesmo que a realidade e a imagem depreciativa do bairro não coincidissem, a idéia de que a zona 3 era um péssimo local para se viver acabava incorporada pelos seus próprios moradores (ELIAS & SCOTSON, 2000).

⁷ Mesmo com recortes históricos e empíricos diversos é possível verificar os pontos de convergência entre as relações de poder que Norbert Elias identificou na sociedade europeia dos séculos XVI e XVII (ELIAS, 1998a; 1998b) e o jogo de relações que ocorrem no século XX em *Winston Parva* (ELIAS & SCOTSON, 2000). Além da exclusão e da estigmatização por meio de atitudes cotidianas, pode-se perceber que os grupos dominantes constroem as suas respectivas imagens de superioridade através da depreciação de grupos sociais considerados inferiores.

A GENEALOGIA DO PODER DE MICHEL FOUCAULT

Michel Foucault nasceu no dia 15 de outubro de 1926, na cidade francesa de *Poitiers* e morreu precocemente no ano de 1984, vitimado pelo vírus da AIDS, aos 58 anos de idade. Era filho de um médico – figura típica da classe média francesa –, o que possivelmente seja revelador de seu interesse prematuro pelo estatuto epistemológico da loucura. Após viver na Suécia, Polônia, Tunísia e lecionar em algumas universidades francesas, Foucault assume, no ano de 1970, uma cátedra no famoso *Collège de France*, instituição no qual ministrou cursos até o ano de sua morte⁸.

Assim como ocorreu com Elias, Foucault também circulou em vários campos do conhecimento. Fato que também lhe proporcionou um estigma de intelectual “maldito”, sendo odiado e/ou exaltado no campo das Ciências Sociais e Humanas: “Outros dizem que é um farsante que não consegue apoiar-se em nenhum texto sagrado e que mal cita os grandes filósofos. Outros, ao contrário dizem que algo de novo (...) nasceu na filosofia e que esta obra tem a beleza daquilo que ela mesma recusa: uma manhã de festa” (DELEUZE, 2005, p.13). Este estigma deve-se principalmente ao projeto crítico à sociedade moderna, realizado pelo autor.

Devemos lembrar que, assim como Elias, Foucault começou a ganhar notoriedade acadêmica nos anos 1960. No caso do intelectual francês, isso se deveu, sobretudo, ao imenso sucesso da publicação de livros como “História da Loucura na Idade Clássica” (*Histoire de La folie à l'âge classique*) em 1961 (FOUCAULT, 2005); “As Palavras e as Coisas” (*Lês Mots et lês Choses*) em 1966 (FOUCAULT, 2002a); e “Arqueologia do Saber”, (*L'archéologie du Savoir*) em 1969 (FOUCAULT, 1986) – obras que fizeram parte da sua chamada fase arqueológica e que acabariam por levá-lo, em 1970, a indicação a uma cátedra da mais importante instituição de ensino francesa: o *Collège de France*.

No final da década de 1960, o intelectual francês adentrou num novo momento de sua obra, entendida como genealógica e que culminou com a publicação de obras bastante conhecidas. Esta fase, também conhecida como

⁸ Vários destes cursos, apesar de não se constituírem em obras produzidas pelo autor, foram editados e se transformaram em livros após a morte de Foucault. Como destaque pode-se citar as seguintes aulas: “Os Anormais”, proferida em 1974-1975 (FOUCAULT, 1997); “Em Defesa da Sociedade” curso de 1975-1976 (FOUCAULT, 1999); “Segurança, Território e População”, de 1977-1978 (FOUCAULT, 2006a); “O Nascimento da Biopolítica” de 1978-1979 (FOUCAULT, 2006b).

analítica do poder, foi inaugurada com a comunicação chamada “O que é um autor?”, apresentada a *Société Française de Philosophie*, na tarde de 22 de fevereiro de 1969, (FOUCAULT, 1992). Posteriormente, no ano de 1970, o intelectual foi eleito e lecionou sua aula inaugural no *Collège de France*, intitulada “A ordem do discurso”, (FOUCAULT, 2003). No ano de 1973, o autor publicou o livro “Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão” (*Moi Pierre Rivière, ayant égorgé ma mère, ma soeur et mon frère*) (FOUCAULT, 1977). Em 1975, foi publicado o seu livro mais famoso e considerado o marco da fase genealógica: “Vigiar e Punir” (*Surveiller et Punir*), (FOUCAULT, 2002b). Frutos deste mesmo ano, surge a série de aulas ministradas no *Collège de France*, que mais tarde compuseram a obra intitulada “Os anormais” (FOUCAULT, 1997). Já entre os meses de janeiro e março de 1976, ministrou outras conferências, que posteriormente foram organizadas no livro “Em Defesa da Sociedade”. (FOUCAULT, 1999). Neste mesmo ano, o autor ainda publicou o livro a “História da Sexualidade I: à vontade de saber” (*La volonté de savoir*) (FOUCAULT 1998), obra na qual elabora os conceitos de biopolítica e biopoder. Para desenvolver melhor essa temática, o autor ministra outra série de aulas, que mais tarde comporiam os livros “Segurança, território, população” e “Nascimento da biopolítica” (FOUCAULT, 2006a; 2006b). Finalmente em 1978 o pensador francês publica a sua última obra genealógica, a introdução do livro “*Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*” (FOUCAULT, 1982). Já nos últimos anos de sua vida, realizou uma nova guinada em seus estudos e entrou numa fase estritamente ética, publicando outros dois volumes da sua História da Sexualidade: “O uso dos prazeres” (*L’usage des plaisirs*) (FOUCAULT, 2004a) e “O cuidado de si” (*Le souci de soi*) (FOUCAULT, 2004b), ambos de 1984, que, aliás, foi o ano de sua morte.

Segundo Veiga Neto (2004), a fase genealógica de Foucault foi uma continuação dos seus primeiros trabalhos. Se no início dos estudos, denominados arqueológicos, o autor restringia-se ao enfoque discursivo, na fase do poder o intelectual expandiu suas análises evocando, para além das dimensões discursivas, as dinâmicas das relações de poder que estavam presentes nessas ordenações. Contudo, uma ressalva importante deve ser feita. O autor genealógico não negou em nenhum momento o arqueológico e sim procurou articulá-los, pois propôs analisar o aparecimento dos saberes no interior de determinados dispositivos,

visando articular a relação entre saber e poder, questionando com rigorosidade todo o arcabouço científico que produzia os chamados regimes de produção da verdade⁹. Contudo, é importante ressaltar que o gérmen genealógico já podia ser visto, em 1961, na publicação de “Historia da Loucura na Idade Clássica” (FOUCAULT, 2005). O próprio autor em entrevista publicada no livro “Microfísica do Poder” (FOUCAULT, 1996) indicou que a problemática do poder também estava presente em seus primeiros trabalhos, só que de uma forma pouco explorada, ou seja, os rudimentos da genealogia já se encontravam presentes na arqueologia.

Não obstante, Duarte (2008) lembra que, apesar da segunda fase de Foucault ser uma continuação da sua primeira, o seu terceiro momento representou uma virada radical em seu trabalho, inclusive nos marcos históricos utilizados, já que estes não se reportavam à modernidade propriamente dita. Na denominada fase ética, Foucault faz um retorno ao gregos e romanos para mostrar como estes lidavam com os corpos e os prazeres nas relações sexuais.

É importante ressaltarmos que a recepção e crescente circulação social dos textos de Foucault, a partir dos anos 1960, pode ser atribuído a uma série de mudanças contextuais ocorridas, sobretudo, no continente europeu nesta década; dentre os quais, citamos a emergência de movimentos engajados, tais como o de direito humanos, feminista, *gays*, os étnicos, os ecológicos, os pós-coloniais e os estudantis que movimentaram a sociedade como um todo. Por conseguinte, essas questões estiveram estritamente relacionadas com a produção de conhecimento em Ciências Sociais e Humanas no referido cenário, de modo que não é nenhum exagero dizermos que ciência e política não eram duas esferas completamente opostas no teórico social chamado Foucault. De acordo com Eribon (1990), a obra *foucaultiana* surgiu no bojo de tais processos de mudança que marcaram a sociedade francesa e europeia do pós-1960; e muito de sua fama se deve ao fato de ter militado intensamente em diversos movimentos sociais desse período.

⁹ Segundo Foucault (1996, p. 13), o conceito de regime de verdade, “tem cinco características historicamente importantes: a ‘verdade’ é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica e política quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social.

Na fase genealógica de seu pensamento, Foucault se ateuve ao conjunto de relações e práticas discursivas e não-discursivas historicamente construídas. No entanto, vale ressaltarmos que o autor não se propôs a elaborar uma teoria geral do poder, mas, sim, uma “analítica do poder”. Todas as obras genealógicas indicam que o poder não é algo que alguém possui ou se apropria. Pelo contrário, o poder é exercido em variadas direções, compondo uma rede capilar que constitui e permeia toda a sociedade. Nessa perspectiva teórica, fica muito difícil pensar que um polo possui poder e outro não. No ponto de vista *foucaultiano*, as relações não são fixas e sim variadas, complexas e tensas; ou seja, existe uma “microfísica” do poder. Nesse propósito, Duarte (2008) argumenta que a fase genealógica de Foucault procurou redesenhar a trajetória do poder que se desenvolveu no ocidente, a partir do final do século XVI. O autor ainda lembra que essa fase dividiu-se em dois momentos similares, porém com algumas diferenciações.

A primeira, entendida pela propagação de um poder disciplinar, foi detalhada no livro “Vigiar e Punir” (FOUCAULT, 2002b) e tinha como ponto de partida a descoberta dos micropoderes disciplinares, que visavam à administração do corpo individual, surgidos no século XVII, em concordância com a gradativa formação de um conjunto de instituições como a escola, o hospital, a fábrica, entre outros espaços. Com a publicação de “A Vontade de Saber” (FOUCAULT, 1998), abre-se uma segunda fase de compreensão do poder, especialmente pelo fato de Foucault sistematizar as noções de biopolítica e biopoder. Esses conceitos vislumbraram o aparecimento, ao longo do século XVIII, e principalmente na virada para o século XIX, de um poder disciplinador, que já não se exercia somente sobre os corpos individualizados, mas também se exercia a título de política estatal mais macro, que pretendia administrar toda a vida da população. Duarte (2008) lembra que foi unindo essas duas formas de poder que um controle mais efetivo sobre os corpos começou a ser implementado. O autor salienta que, a partir da biopolítica, não importava apenas disciplinar a conduta individual. O objetivo passava a ser a implantação de um gerenciamento planejado da vida das populações e, mais do que simplesmente produzir o indivíduo dócil e disciplinado, era necessário gerir a vida da população.

Ao discorrer sobre o nascimento desta biopolítica, Foucault (2006b) argumenta que essa nova racionalidade política moderna defende a disseminação do sentimento de insegurança, tornando-se um purificador fundamental das ações

governamentais, produzindo uma responsabilização individual. Essa maquinaria, por sua vez, fornecia as condições ideais para o surgimento de uma série de dispositivos de segurança contra os denominados grupos perigosos da sociedade. Esses dispositivos biopolíticos criam aquilo que Foucault denominou posteriormente de “racismo de Estado”, isto é, um tipo de poder que visava conter as desordens geradas pela exclusão social, uma estratégia de criminalização dos grupos vistos e considerados como perigosos pela sociedade. Além disso, Foucault reitera que o que, de fato, ocorre no mecanismo biopolítico é a captura de alguns focos de poder pelos diversos aparelhos do Estado. A esse processo de captura de focos de poder pela figura estatal, Foucault denominou de governamentalidade (FOUCAULT, 1996; 2006b). Governar, aqui, é o esforço do Estado de manter sua própria sobrevivência diante de tudo que poderia ameaçá-lo. Um Estado governamentalizado seria, portanto, o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida, que atua mediante cortes constituintes da população enquanto alvo específico da ação governamental. Apreendidos, ora como vítimas, ora como causas dessa problemática, eles próprios passam a figurar nos discursos como um “problema social” a ser equacionado em termos políticos, haja vista a necessidade de “defender a sociedade” (FOUCAULT, 1999).

Sobre a operacionalização das relações de poder, ou melhor, sobre sua percepção sociológica e seu tratamento empírico, podemos verificar algumas posições de Foucault (1997), sintetizadas especialmente no texto “Os Anormais”, onde o autor procurou descrever com rigor e afinco a dinâmica dos processos de normalização, que acabaram por construir o par “normalidade-anormalidade”. A norma é o instrumento articulador, tanto nos mecanismos individuais (poder disciplinar) como nos que atuam sobre a população (biopolítica), pois ela é o elemento que pode ser aplicado tanto ao corpo que se quer disciplinar, quanto à população que se quer regulamentar. Este preceito normalizador é o elemento que individualiza, mas também é aquele que remete ao conjunto de indivíduos, permitindo que exista uma comparação entre eles. Nesse viés nomeia-se de anormal aquele cuja diferença em relação à maioria seja perceptível. Tal contraste passa a ser considerado um desvio, algo indesejável. Além disso, a norma é saturante, fazendo de todos um caso médico: o normal e o anormal. Nesse sentido, o anômalo também está abrigado na norma, ainda que seja tomado como um oposto

ao normal e por isso torna-se um sujeito passível a um tratamento e a um posterior processo de cura. De acordo com o autor, foi em nome desta normalidade que se iniciou uma guerra contra a degradação biológica, o que, por sua vez, implicou a produção e acúmulo de um saber direcionado para uma condução específica da vida em sociedade. Este processo, com efeito, ordenou uma reconfiguração social das funções do corpo, através da introdução de novos padrões de comportamento. Estes padrões estariam ancorados por uma infinidade de micropenalidades que condicionavam as condutas e inscreviam, na materialidade dos corpos, uma disposição que tornava os indivíduos aptos a realizarem um exame permanente de si mesmos. Sendo assim, Foucault argumenta que a produção dos “normais” e dos “anormais” é resultado das práticas de assujeitamento e governamentalidade que impõem e, em tão presente forma, fazem com que os indivíduos imponham a si mesmos um controle sutil e refinado, assimilando como virtude relações e práticas fundadas na arbitrariedade e que tendem a se travestir sob o aspecto irrefletido da naturalização.

Feitas essas breves recensões e incursões que, de um ponto de vista histórico-sociológico-filosófico, nos permitiram entender um pouco mais sobre Elias e Foucault¹⁰, é importante nos voltarmos por um instante para a tematização relacional do poder em ambas as obras, de modo a construirmos um suporte reflexivo que nos permita elencar alguns pontos de envolvimento e distanciamento, operacionalizados entre os autores, no que tange a problematização do poder e seu caráter estruturante na sociedade moderna.

EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO: ELIAS E FOUCAULT – POR UMA TEMATIZAÇÃO RELACIONAL DO PODER

Elias e Foucault inovaram ao conceber o poder de forma relacional, interdependente e, sobretudo, como algo produtivo. Fosse na sociedade de corte – com o intelectual alemão – ou nas instituições disciplinares – no caso do pensador francês, ambos refutaram a noção de que o poder é algo localizado, estático e repressor. Os intelectuais perceberam redes interdependentes e provisórias de

¹⁰ Permitiram, também, compreender sobre alguns de seus enfrentamentos e lutas, de certo modo compartilhadas no campo das Ciências Sociais e Humanas durante o período em que estiveram inseridos in loco no interior desses espaços institucionais sócio-acadêmicos.

poder que se consolidaram, não por uma planificação prévia dos indivíduos implicados, mas sim pela luta e/ou na acomodação de seus interesses. Em seus objetos de estudo, analisaram como os mecanismos incitantes de poder, tanto em nível macro como micro, se investiram sobre a materialidade dos corpos dos indivíduos.

Devemos, ainda, reiterar que uma possibilidade frutífera de aproximação entre os pensadores se constitui, de fato, quando temos a sensibilidade de perceber que ambos procuraram analisar, de forma exaustiva ao longo de suas obras, como se constituiu e se estruturou a sociedade contemporânea em meio às dimensões ditas e não-ditas do poder. É sempre bom lembrarmos que, enquanto Elias avançou nesse objetivo por conta de suas reflexões sobre o denominado processo civilizador, Foucault procurou mostrar como uma rede de discursos, de saberes e poderes vieram a constituir aquilo que logrou em chamar de sociedade disciplinar.

Se, por um lado, podemos dizer que uma geração de intelectuais separava Elias de Foucault, de outro, é possível argumentar que vários aspectos teórico-sociais se constituem como indícios representativos para demonstrar algumas afinidades em suas produções. Vale novamente salientar que ambos os autores foram tratados como *outsiders* (na linguagem *eliasiana*) ou anormais (numa denominação *foucaultiana*); isto é, foram considerados teóricos “menores” e “marginais” dentro de seus campos de pesquisa, pelo menos num determinado período de suas vidas. Isso talvez se explique, primeiramente, pelo fato de Elias e Foucault terem utilizado fontes e abordagens de pesquisa inéditas até o momento e, em segundo lugar, porque seus trabalhos transcendiam as fronteiras disciplinares até então muito bem circunscritas e definidas, entre as mais distintas áreas do saber.

Detectamos, também, tanto em Elias quanto em Foucault, que o poder exerce efeitos interessantíssimos na esfera íntima (dos sentimentos) e pública (da governamentalidade estatal), remodelando, segundo as teorizações de Elias, as formas dos indivíduos verem a si próprios e aos seus pares; produzindo, ainda, conforme sugere a abordagem genealógica de Foucault, sujeitos enquadrados em esquemas de docilidade-utilidade. Sobre a operacionalização das relações sociais de poder, ou melhor, sobre sua percepção sociológica e tratamento empírico, podemos verificar algumas posições de certo modo próximas. Apesar de Foucault se

utilizar de um recorte temporal, um material empírico diverso e de objetivos epistemológicos diferenciados dos empregados pelo intelectual alemão, o autor francês procurou descrever com rigor a genealogia da sociedade disciplinar. Circunscreve-se, aqui, mais um eixo de aproximação teórica entre Elias e Foucault, visto que ambos insistiram numa transformação gradual na forma de controle sobre o corpo social na história europeia. Os teóricos procuram mostrar com tamanha exigência, teor de preocupação e coerência interna em suas obras, como os diversos mecanismos disciplinares micros passam a forjar o núcleo identificador daquilo que se denomina de indivíduo moderno. Para tanto, os autores – cada um ao seu modo – não negligenciam a importância da figura do Estado nesse fenômeno, tampouco daquilo que se denomina de aspectos macrossociais da vida em sociedade. Elias, mais preocupado com a dinâmica dos processos e com a constituição de uma teoria social, articula esses dois níveis através do conceito de teias de interdependência; enquanto Foucault entende essas relações sob o crivo do entrelaçamento entre a biopolítica e o poder disciplinar.

O pesquisador Van Krieken (1996), ao explorar algumas das relações teóricas possíveis de serem estabelecidas entre Foucault e Elias, indica que ambos afirmavam que a disciplina é a forma que insere o indivíduo na sociedade e na construção daquilo que se denominou de Estado Moderno. Dentre vários aspectos retomados por Van Krieken, destacamos que a similaridade mais importante encontrada se refere ao fato de que os dois autores enxergam que as diferenciações baseadas em pares dicotômicos, como “civilizados-incivilizados” e “normais-anormais”, são frutos de relações de poder. Tanto para Elias quanto para Foucault, o poder é algo inserido e produzido na vida cotidiana e não fruto diretamente de uma política de Estado, embora ambos indiquem que os mecanismos estatais se utilizem de tais produções diferenciadoras.

Nessa mesma linha argumentativa, podemos afirmar que, tanto a “teoria configuracional” de Elias como a “genealogia” de Foucault, se distanciaram de concepções globalizantes e buscaram compreender as descontinuidades históricas. No entanto, mesmo que o alemão admita que o processo civilizador não tenha se desenvolvido de forma linear e progressiva, sustenta que o mesmo tem uma direção concreta. Elias visualiza um direcionamento produzido no processo civilizador e é de certa forma otimista em relação a isso. Foucault também enfatizou as

descontinuidades, contudo, diferentemente de Elias, não se preocupa com a direção do processo nem é tão otimista em relação aos rumos da sociedade disciplinar.

Pacheco (2009) também levanta diferenças entre as formas de compreender os mecanismos disciplinares de poder. Segundo o autor, o principal ponto de divergência reside na questão da autonomia e liberdade do indivíduo moderno. Elias enxergava o indivíduo moderno como alguém que tem autonomia no exercício da escolha racional, enquanto que, para Foucault, esse indivíduo se inviabiliza na autonomia de escolha racional. Para o francês, o sujeito não é autônomo, porque órgãos disciplinadores cerceiam e limitam sua escolha. Contudo, ambos não percebem o indivíduo como um ser incondicionalmente livre. A divergência ocorre na medida em que, para Foucault, é necessária a transgressão da disciplina, para que o indivíduo se liberte; enquanto que, para Elias, é justamente o oposto. O autocontrole das condutas e emoções, de forma cada vez mais internalizada é que permitirá que o indivíduo atue de modo mais livre na sociedade. Na esteira destas aproximações/distanciamentos, Smith (2009) salienta que, tanto Elias como Foucault, procuraram em suas obras os princípios de ordem dentro da vida social. Entretanto, o intelectual francês preocupou-se mais com certo caos criativo que fica além, atrás de e/ou em algum lugar dentro das práticas opressivas do discursivo, levando a áreas e suposições que o teórico configuracional rejeitou.

Como ponto pacífico estabelecido entre as teorizações de Elias e Foucault, no que diz respeito à construção de um quadro empírico-teórico mais amplo para compreensão dos fenômenos de “classificação” e “desclassificação” social, compete-nos destacar que os intelectuais, de fato, estavam seriamente preocupados em trazer à luz como e de que forma são produzidas as “verdades” sobre os corpos – um conhecimento que, diga-se de passagem, se faz pelo incitamento ao falar como se deve agir e como se deve comportar em sociedade.

Por fim, é necessário ressaltarmos que a possibilidade de reconstrução teórica apontada (porém não esgotada) nesse texto, a partir da retomada conjunta e comparada dos escritos de Norbert Elias e Michel Foucault, nos permite avançar no entendimento de que a disciplina exercida sobre os corpos na trama das relações de interdependências sociais representam um esforço de “civilização” e “docilização” dos comportamentos e dos desejos; impondo classificações, esquadrinhando e rotulando a conduta individual e social, sempre tendo por referência as relações

estruturantes (objetivas e subjetivas) de poder e, além disso, revelando a incessante busca por algo que o indivíduo não poderia, sozinho, compreender, tampouco identificar – uma verdade sobre seu corpo e sua alma...

NORBERT ELIAS AND MICHEL FOUCAULT – INDICATIONS FOR A RELATIONAL THEMATIZATION OF THE NOTION OF POWER

Abstract:

In this essay we reflect on some of the theoretical concepts of Norbert Elias and Michel Foucault, especially as regards the use of the notion of power as a structuring and central concept in their respective theoretical productions and set of broader socio-philosophical reflections. In the first part of the text, we quickly outlined some biographical and bibliographical data of the authors. In the second part of the text, in turn, we discussed, in a relational form, how and in what way these authors have built their theories about the structure civilized/ modern disciplinary society under the comprehensive scrutiny of the “power” category.

Keywords: Norbert Elias. Michel Foucault. Power. Humanities. Interdisciplinarity.

NORBERT ELIAS Y MICHEL FOUCAULT – INDICACIONES PARA UNA TEMATIZACIÓN RELACIONAL DEL CONCEPTO DE PODER

Resumen:

En este ensayo se pretende reflexionar sobre algunos de los conceptos teóricos de Norbert Elias y Michel Foucault, especialmente con respecto al uso de la noción de poder como un concepto central en la estructuración de sus respectivas producciones teóricas y conjunto de reflexiones socio-filosóficas más amplias. En la primera parte del texto, bosquejamos rápidamente algunos datos biográficos y bibliográficos. En la segunda parte, a su vez, pretende problematizar cómo y de qué manera estos autores construyen sus teorías acerca de la estructuración civilizada/disciplinaria de la sociedad moderna a partir del clivaje comprensivo de la categoría de “poder”.

Palabras clave: Norbert Elias. Michel Foucault. Poder. Ciências Humanas. Interdisciplinariedad.



REFERÊNCIAS

BINKLEY, S. *et al.* The planned and the unplanned: a roundtable discussion on the Legacies of Michel Foucault and Norbert Elias. **Foucault Studies**, Denmark, n. 8, 2010. p. 8-27.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DOLAN, P. Space, time and the constitution of subjectivity: comparing Elias and Foucault. **Foucault Studies**, Denmark, n. 8, Feb. 2010. p. 53-77.

DUARTE, A. M. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista Cinética**, v.1, 2008. p. 1-16.

ELIAS, N. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, Edições 70, 1970.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Mozart: sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

_____. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

_____. **O processo civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998a.

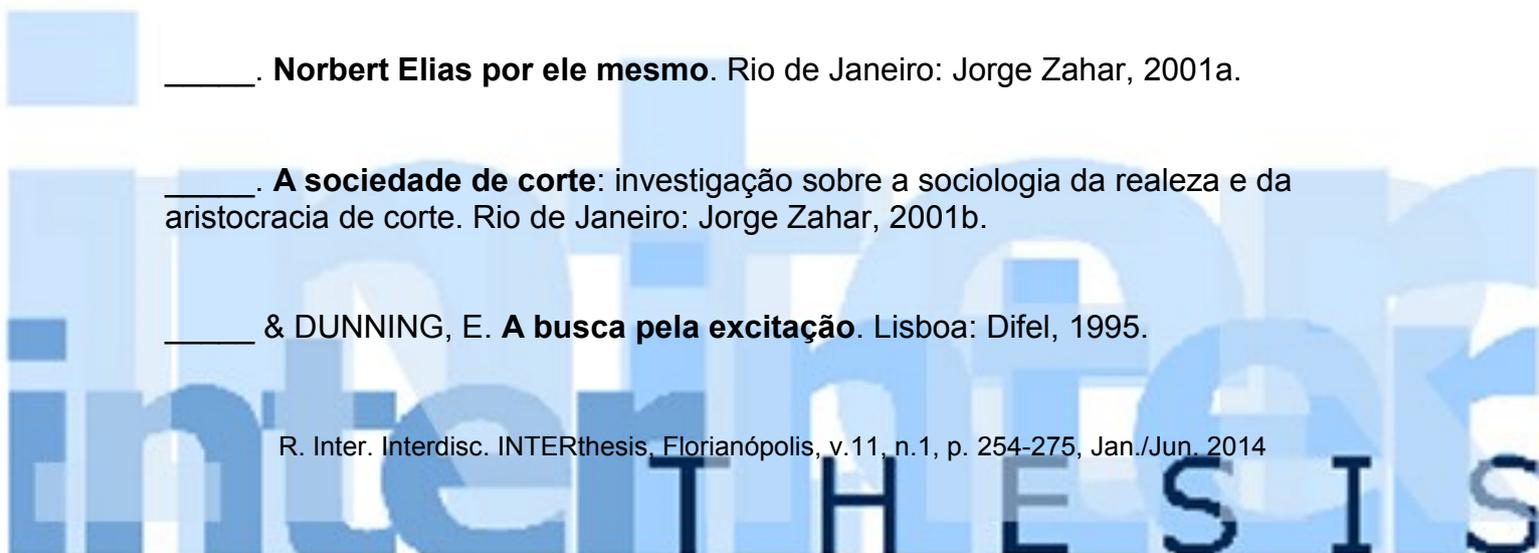
_____. **O processo civilizador**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998b.

_____. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998c.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001a.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001b.

_____. & DUNNING, E. **A busca pela excitação**. Lisboa: Difel, 1995.



_____. & SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ERIBON, D. **Michel Foucault – 1926-1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FOUCAULT, M. **Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. “O verdadeiro sexo”. In: BARBIN, Herculine. **O diário de um Hermafrodita**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1996a.

_____. **O que é um autor?** Lisboa: Passagens, 1992.

_____. **Os anormais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

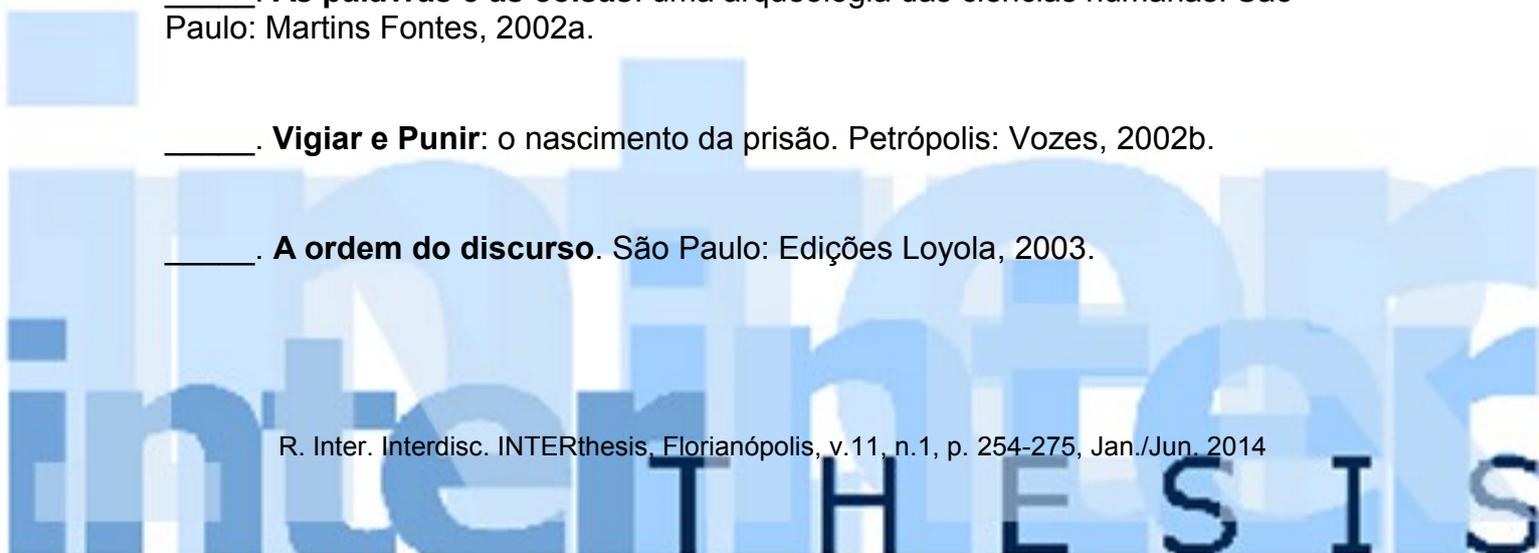
_____. **Historia da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2002a.

_____. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2002b.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.



_____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 2004a.

_____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 2004b.

_____. **A História da Loucura: na idade clássica.** São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Seguridad, territorio, población:** Curso en Collège de France 1977-1978. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006a.

_____. **Nacimiento de la Biopolítica:** Curso en Collège de France 1978-1979. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006b.

GEBARA, A. Norbert Elias & Pierre Bourdieu: novas abordagens, novos temas. In: VI Congresso Brasileiro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. **Coletânea.** Rio de Janeiro: UGF, 1998a.

_____. Anotações para a teoria do processo civilizador: proposições para a história da educação. **Comunicações,** Piracicaba, v. 5, n. 2, 1998b. p. 140-50.

PACHECO, L. T. Norbert Elias e Michel Foucault: diálogos sobre poder e sexualidade. **Caderno Espaço Feminino (UFU)** Uberlândia, v. 21, 2009. p. 255-267.

SMITH, D. The civilizing process and the history of sexuality: Comparing Norbert Elias and Michel Foucault. **Theory and society,** v. 28, n. 1, 1999. p. 79-100.

SPIERENBURG, P. C. Punishment, power, and history: Foucault and Elias. **Social science history,** Durham, v. 28, n. 4, p. 607-636, 2004.

VAN KRIEKEN, R. A organização da alma: Elias e Foucault sobre a disciplina e o Eu. **Plural/USP:** São Paulo, v. 3, n. 1, 1996. p.153-180.

VEIGA NETO, A. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Ensaio:

Recebido em Outubro de 2013.
Aceito em Março de 2014.